

7 - As resenhas de livros simbolistas no vespertino A Notícia (1897-1905)

Alvaro Santos Simões Junior

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SIMÕES JUNIOR, AS. As resenhas de livros simbolistas no vespertino A Notícia (1897-1905). In: *Estudos de literatura e imprensa* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014, pp. 113-131. ISBN 978-85-68334-47-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

7

AS RESENHAS DE LIVROS SIMBOLISTAS NO VESPERTINO *A NOTÍCIA* (1897-1905)¹

Na história da literatura brasileira, o nome de José Joaquim de Campos da Costa Medeiros e Albuquerque (1867-1934) está associado ao surgimento do Simbolismo no Brasil por haver publicado uma “Proclamação decadente” no livro *Pecados*, de 1889, e por intitular outro livro do mesmo ano de *Canções da decadência*. Contribuição talvez mais importante teria dado ao trazer da Europa para o Brasil em 1887 livros simbolistas que fez circular entre alguns amigos.

Se, apesar do título, o seu segundo livro devia muito mais ao Realismo poético e ao Parnasianismo, o livro de estreia apresentava elementos simbolistas. Embora fosse dedicada a Olavo Bilac, a citada “Proclamação decadente” era uma carta aos poetas datada de “20 de Floreal, sendo Verlaine profeta e Mallarmé – deus real”. Nela Medeiros e Albuquerque lamenta os “tempos malditos” em que viviam os poetas. Como “todas as crenças morreram”, previa que os “Poetas do Sentimento [...] morrer[iam] do Esquecimento / na profunda soledade”, pois os seus cantos desapareciam “na indi-

1 Este ensaio foi divulgado originalmente em 2010 na coletânea *Intelectuais e imprensa*, produzida pela editora Nankin, do Prof. Dr. Valentim Facioli, a quem se dedica esta republicação.

ferença sombria”. A sonoridade dos versos seria o último baluarte dos poetas.

Pode a Música somente
do verso nas finas teias
conservar no tom fluente
tênue fantasma de ideias;

porque é preciso que todos
no vago dessa moldura
sintam os estos mais doudos
da emoção sincera e pura;

creiam achar no que apenas
é tom incerto e indeciso
dos seus sorrisos e penas
o anseio exato e preciso.

Que importa a Ideia, contanto
que vibre a Forma sonora,
se da Harmonia do canto
vaga alusão se evapora?
(Albuquerque, 1889, p.147-9)

Como se nota, o poeta de *Pecados* defendia a musicalidade dos versos como veículo de sugestão de ideias sutis, o que seria uma das principais concepções simbolistas. A convicção de que o poeta seria capaz de captar e expressar sensações ou sentimentos vagos e imprecisos transparece também no “Soneto decadente”, que se acompanha da seguinte epígrafe de Paul Verlaine: “*Car nous voulons la nuance encore, / Pas la couleur, rien que la nuance*” (ibidem, p.61).

Outro traço simbolista dos *Pecados*, presente na “Proclamação decadente”, é o emprego de substantivos elevados à categoria de símbolos mediante o emprego de maiúsculas, como se vê logo no início do volume, na primeira estrofe de “Para o nada”:

Sempre ao Bem excede a escura
 projeção negra do Mal!
 O Gênio, o Crime e a Loucura
 são faces de um só cristal... (ibidem)

Apreciado por parnasianos e simbolistas franceses, mas sempre representando a ousadia e a renovação na poesia, Charles Baudelaire está presente em “Cães...”, uma paródia de “Une charogne”, como se nota nas seguintes estrofes:

Vi no centro da rua, na cidade,
 um pobre cão apodrecido e morto,
 o olhar vidrado, vagamente absorto,
 do espaço azul fitando a claridade.

Sobre a boca convulsa numa funda
 contração de agonia dolorosa
 enxameava a multidão ruidosa
 das moscas verdenegras, nauseabunda! (ibidem)

Entretanto, o livro *Pecados* não continha exclusivamente o novo, pois conservava elementos do Parnasianismo – perfeitamente representado pelo soneto “Estranho mar” (ibidem, p.55), que narra o nascimento de Vênus – e até mesmo do Realismo poético, que se manifesta nos versos de “Caro Victrix”.

Ah! se eu pudesse [sic] compassar meus hinos
 pela cadência do teu corpo brando,
 quando te vejo sob mim arfando
 em suspiros dulcíssimos, divinos... (ibidem, p.50)

Anos depois, Medeiros e Albuquerque tornar-se-ia crítico de rodapé do vespertino carioca *A Notícia*, assinando com o pseudônimo J. dos Santos a coluna semanal “Crônica literária”, responsável pela notícia e pela resenha de livros recém-lançados. Às vezes, um

único texto tratava de três ou quatro lançamentos. Como o conceito de literatura era bastante abrangente para aquele discípulo de Sílvio Romero, a seção não se restringia apenas a obras literárias; dedicava-se, pelo contrário, a publicações de todas as áreas do conhecimento: Direito, Medicina, Filosofia etc.

Essa intensa atividade crítica de Medeiros e Albuquerque iniciou-se justamente no período em que o movimento simbolista desenvolvia-se e procurava angariar adeptos e conquistar o público leitor. Considerado o seu vínculo com as origens do movimento, poder-se-ia supor que o crítico de *A Notícia* fosse um poderoso aliado dos simbolistas na divulgação de suas ideias e obras. Entretanto, ao noticiar e resenhar obras simbolistas, formulou avaliações severas e muitas vezes sarcásticas acerca delas. Importa aqui considerar que concepções estéticas nortearam o trabalho de Medeiros e Albuquerque e como foram recebidas por ele as propostas de renovação poética implícitas nos livros simbolistas, especialmente nas obras póstumas de Cruz e Sousa (1861-1898).

Ao resenhar livros de poesia, o crítico deixava transparecer seus critérios de origem parnasiana ou neoclássica quanto à métrica, às rimas, ao emprego de metáforas e à escolha lexical.

A publicação dos *Versos proibidos*, de Marcos de Castro, pseudônimo de Alberto Ferreira Ramos (1871-1941), permitiu a J. dos Santos, em 11 de fevereiro de 1898,² estender-se em considerações sobre a métrica em língua portuguesa. O crítico atribuiu a existência de “versos desagraciosos” no livro à busca, pelo poeta, de ritmos novos, do que resultara uma predominância de versos de oito e nove sílabas. Segundo o crítico, os octossílabos seriam resultado da influência do livro *Os simples*, de Guerra Junqueiro, e da campanha de poetas franceses pela reforma da metrificação. Reconhecia J. dos Santos que o uso quase exclusivo do alexandrino levava a pensar, como faziam de resto escritores franceses notáveis, que somente

2 Para todos os textos da “Crônica literária” aqui citados, encontram-se, nas referências bibliográficas, dados complementares como a página e a distribuição do texto nas colunas do jornal.

esse metro seria adequado para a expressão de ideias de “certa elevação e grandeza”. Compreendia também que os poetas franceses manifestassem sua insatisfação por estarem submetidos à “tirania de uma infinidade de regrinhas vexatórias e inúteis”. No âmbito da poesia de língua portuguesa, ao contrário, os versos de sete e de dez sílabas haveriam servido para a “expressão das mais altas e nobres ideias” como demonstrariam as obras de Castro Alves e Antero de Quental. Além disso, a poesia de língua portuguesa dispunha “da mais ampla variedade de expressões e ritmos dentro das formas habituais de metrficação: as de 6, 7, 10 e 12 sílabas”. Admitia J. dos Santos que as formas de oito e nove sílabas nada tinham de novo, mas observava que estavam “justamente abandonadas”. Segundo seu ponto de vista, a adoção do octossílabo por Junqueiro e seu provável discípulo Marcos de Castro representava um retrocesso porque, enquanto os franceses batiam-se pela variedade de ritmo, esses dois poetas de língua portuguesa empregavam um verso “de uma monotonia muito mais desesperadora que a do alexandrino francês”. No caso do poeta brasileiro, aceitava as experiências porque nele reconhecia talento: “quem maneja tão bem as formas correntes da metrficação só as abandona de caso pensado, pelo prazer de aventurar-se em tentativas, que, pelo menos, revelam um justo desejo de originalidade”.

Ao resenhar *Nimbos*, de Luís Edmundo (1878-1961), em 4 de março de 1898, J. dos Santos atribuiu o grande número de rimas “fáceis” no livro à desatenção do poeta, que rimou participípios em *ando* e *indo*, adjetivos em *ente*, *oso*, *osa* e *ente*. Apesar dessa observação, o crítico garantiu não estar empenhado na defesa da “rima rica”, que se transformara em *chinoiseries* na mão de *burocratas* do verso.³ Na coluna de 12 de junho de 1902, por exemplo, o crítico considerou “estranhas” e “bizarras” as rimas em destaque do soneto “Estranha dor”, recolhido no livro *Taça partida*, de Daltro dos Santos (?).

3 De memória, J. dos Santos citou versos, cuja autoria declarou ignorar, em que a rima é criada por *separação de sílabas*: “O meu amigo Ciríaco, / se não fosse brasileiro, / há muito tempo seria co- / nhecido no mundo inteiro.”

Que é do potente amor que me deu vida? Que é de o
glorioso Pendão tendido ao Vento outrora?
Onde jaz do meu mal o salutar remédio
e a grande luz do Sol, que eu já não sinto agora?

Que amargor! que atonia! e que infundável tédio!
As horas todas são iguais a uma só hora...
Alma, sacode o spleen, arremessa-lo, expede-o
Bem distante de ti, bem distante e bem fora...

Em consonância com a estética parnasiana, J. dos Santos defendeu o *mot juste* no texto dedicado aos *Nimbus*, de Luís Edmundo, o qual, segundo o crítico, deixou de empregar o “epíteto justo” para atender às suas rimas “banalíssimas”. Dessa *displacência* do poeta, surgiriam impropriedades como “paz dulcificante” e “fogo delirante” e a profusão de adjetivos que serviriam apenas ao “enchimento” dos versos.⁴ Já na resenha de *Estalagmites*, de Hermeto Lima (1872-1947), publicada no dia 13 de maio de 1898, J. dos Santos afirmou que a “abundância de adjetivos” denotava “indigência de ideias”.

É um recurso habitual dos que principiam, para iludir as dificuldades da metrifcação. Isso leva o autor a falar num “leito fresco e morno”, numa “vasta sala festival, formosa”, e a pôr a seguir *um braço acetinado* que terminava por uma mão sedosa – o que me parece seda demais...

4 Ao resenhar *Plumário* em 10 de fevereiro de 1905, J. dos Santos condenou um sestro do poeta: “As imagens impróprias são frequentes nos versos do Sr. B. Lopes. Qualquer pessoa dirá que as bocas dos canhões ‘vomitam’ a morte. Dir-se-á também, usando a mesma metáfora, que a porta de uma fortaleza, por onde saíam numerosos batalhões, ‘vomitava’ hostes cerradas sobre o inimigo. Mas o autor do *Plumário* escreve: / ‘Da espada nua, vomitando a morte’, o que é uma imagem absolutamente extravagante, porque em uma espada não existe parte alguma que lembre uma boca. De uma espada se diz correntemente que *semeia* a morte, porque o gesto de quem a está brandindo se pode parecer com o do semeador. Por isso, se escreve também de um guerreiro que ele vai ‘ceifando’ os batalhões inimigos. São imagens que se compreendem”.

Não se pense, contudo, que o crítico de *A Notícia* fosse um adepto, como Coelho Neto, das palavras raras. Ao noticiar a publicação de *Relíquias*, de Isaías de Oliveira (1864-?), em 17 de setembro de 1900, J. dos Santos citou dois versos do livro – “Um riso festival, onipotente, / raia nos ares lúcidos, opimos” – e comentou: “O que seja um riso onipotente e festival e ares lúcidos e opimos é difícil de imaginar-se”.

De *Antífonas*, de Avelar Filho (?-1900), resenhado em 31 de março de 1900, o crítico transcreveu o poema “No caos”, do qual destacou as palavras *hostício*, *fimbo*, *ebóreo*, *recacho*, *sesgo*, *brônteo*, *cárdeo* e *encólpio*, cuja significação lhe escapava e nem mesmo os dicionários puderam definir com precisão. Ao noticiar *Encíclicas*, em 9 de junho de 1905, J. dos Santos atacou a escola do “pernotisticismo”, a que se filiara o autor do livro, Teodorico de Brito (?-1916):

Cedendo a uma inclinação muito frequente em jovens escritores, tanto da prosa como do verso, ele acha bonito escolher termos exóticos, com o notório intuito de nos embasbacar ou talvez de nos deixar crer que ele conhece a fundo a língua portuguesa.

Ora, não há nada menos probante. A língua portuguesa tem um depósito formidável de palavras velhas, atiradas para as páginas mais esconsas de antigos escritores, e que ninguém mais emprega. Achá-las para impingi-las aos leitores está ao alcance de quem posua qualquer dicionário.

Dizem alguns que é obra meritória fazer ver que temos todas essas riquezas, ostentando-as. Francamente, o caso é discutível. A maior parte de tão famosos tesouros saiu definitivamente da circulação e não voltará a ela em hipótese alguma. [...] Ver um desses termos, que nunca são empregados, surgir de súbito no meio de um texto moderno, dá-nos a impressão que nós teríamos se encontrássemos alguém vestido com trajes do século XV ou XVI no meio de uma multidão de sujeitos, metidos em sobrecasacas, fraques e casacos, como os que nós usamos hoje.

A moderação, o bom gosto e o senso de oportunidade recomendados por J. dos Santos na seleção lexical revelam orientação neo-

clássica, da qual são corolários o conceito de *mot juste* e o combate aos adjetivos supérfluos e ao “pernóstico” das palavras raras. No âmbito da versificação, o crítico segue critérios parnasianos, pois valoriza o heroico quebrado (seis sílabas), o decassílabo, o alexandrino (doze sílabas) e a forma tradicional das redondilhas maiores (sete sílabas), adotadas por ele próprio em sua “Proclamação decadente”, em detrimento do octossílabo e do eneassílabo reintroduzidos na poesia brasileira pelos simbolistas.

Munido desses critérios, J. dos Santos apreciou vários livros simbolistas publicados no período em que respondia pela “Crônica literária” do vespertino *A Notícia*.

Ao resenhar *Austrais*: epopeia social e rimas diversas, de Bráulio Prego (1874-1915), em 17 de junho de 1898, o crítico considerou “abominável” o decassílabo “Sim, senhores – maravilhosamente” por não apresentar a “precisa acentuação”.⁵ Mas essa era justamente uma novidade introduzida pelos simbolistas, que procuravam romper com as cesuras parnasianas com a finalidade de obter um verso mais fluido.

Na resenha de *Cultuais*, publicada em 12 de agosto de 1898, J. dos Santos criticou a adjetivação “excessiva, superabundante” do autor, Floriano de Brito (?). Em levantamento minucioso, o crítico verificou a repetição dos adjetivos *pálido* e *lânguido* e formas cognatas em várias páginas, o que tomou por indicação de “pobreza de vocabulário” do autor. Mas condenou especialmente o abuso dos adjetivos *sutil*, *mágico* e *místico*, aos quais o poeta haveria dado “uma acepção tão vaga”, que eles serviriam “para tudo”. Note-se que a significação vaga, que J. dos Santos considerou um defeito responsável pela “impropriedade vocabular” dos versos, era uma meta dos simbolistas, que manifestavam predileção pelo adjetivo *místico* e cognatos que expressavam a sua orientação espiritualista.

5 Ainda do mesmo livro, J. dos Santos (ibidem) transcreveu o verso “Lanço um olhar sobre os *wagons*... Num canto”, que, disposto entre alexandrinos, não apresentava mais de dez sílabas. “Verifica-se, entretanto, que, tratando de um caminho de ferro, provavelmente da *Central*, aí sofreu o doloroso acidente que o privou de duas sílabas...”

Em 9 de setembro de 1898, o crítico de *A Notícia* transcreveu em sua coluna uma carta que lhe dirigiu o poeta das *Cultuais* em resposta à resenha do mês anterior. Nela Brito lançou mão do argumento de autoridade para justificar a repetição de adjetivos.

A vez primeira que o extraordinário Wagner – o Dante da música – lançou mão do *leitmotiv* como processo artístico, processo o mais estético, o mais racional, o mais grandioso e o mais belo, – quantos, aliás *in bona fide*, o não censuraram de se repetir e de se redizer a cada passo? Hoje – e pouco tempo depois! – a sua orientação é um modelo, e a sua maneira é uma escola.

Além disso, Brito assegurou que a repetição de adjetivos era, em sua poesia, totalmente proposital: “Não sou *adjetivômano* por ser principiante, e sim por escola. O que faço, porém, é não empregá-la senão estudadamente”.

J. dos Santos, porém, contestou a tese do *leitmotiv* ao definir com precisão como compreendia o conceito:

... é um processo aceitável a repetição de um mesmo epíteto acompanhando o mesmo personagem. Um dos recursos habituais de Zola para firmar bem a imagem de qualquer dos seus heróis consiste nisso.

Resta, porém, ver que nas *Cultuais* uns tantos vocábulos – *pálido, meigo, lânguido* etc. – são repetidos à saciedade e em todas as poesias. A ideia, portanto, de um *leitmotiv* não se justifica.

Já ao resenhar *Via Crucis*, de Félix Pacheco (1879-1935), em 17 de setembro de 1900, J. dos Santos destacou a beleza do soneto de abertura, “Ofertório”, do qual transcreveu um quarteto.

Arcanjo, Santa, Lírio, Estrela, Sol glorioso,
Filtro que os corações humanos fortalece,
Tamareira que ensombra o deserto arenoso,
Mater! Suprema Força! Acolhe minha prece!

Apesar do elogio, o crítico não deixou de ridicularizar um aspecto notável desses versos.

Neste final, como por quase toda parte [no volume], as letras maiúsculas grelam, cogumelam, empinam-se na ponta dos pés, no meio dos versos do Sr. Félix Pacheco. A isto e a uma certa obscuridade no dizer se limita aliás o seu simbolismo – se é mesmo “simbolismo” que essa cousa se chama...

Com a ironia habitual, J. dos Santos dispensou-se de examinar mais detidamente o significado que as maiúsculas poderiam adquirir nos poemas simbolistas. Dessa forma, ele as reduziu a um mero “cacoete” estilístico, assim como consideraria mera convenção literária o misticismo simbolista. Na resenha de *Vae Soli*, publicada em 21 de outubro de 1903, reconheceu o mérito do livro, mas tratou com ironia o interesse do autor, Pereira da Silva (1876-1944), por temas religiosos.

Sem dúvida, o autor não deixa de pagar o seu tributo a umas fúteis modas literárias, que fazem abusar das alusões a *Santas*, a *Virgem das Dores*, a *Sete Espadas*... É difícil compreender que, no nosso tempo, se ache poesia em aludir a antigas, tolas e desacreditadas superstições, como o valor cabalístico do número 7, o mau presságio das sextas-feiras e dos dias 13... Mas cada um é da sua época, da sua geração.

A suposta *obscuridade* simbolista foi frequentemente alvo das farpas do crítico de *A Notícia*. A resenha de *Esotéricas*, de Dario Veloso (1869-1937), publicada em 8 de outubro de 1900, iniciou-se pela consideração de que o prefácio do livro constituía “uma salada de citações esdrúxulas dos nomes mais estranhos”. Já os poemas seriam constituídos de “palavras formidavelmente maiúsculadas” [sic] e “frases soltas, desconexas, acabando quase todas por pontos de espantação” [sic].

Quando resenhou *Ulanos*, de Jonas da Silva (1880-1947), em 9 de outubro de 1902, J. dos Santos apontou um caso de impropriedade vocabular determinado por força da rima, mas fez uma concessão irônica:

... é [...] possível que o Sr. Jonas da Silva saiba, melhor do que nós todos, o significado das palavras que emprega. A escola (?) a que ele se filia professa, porém, como doutrina um desdém insondável por essa significação. Pouco lhe importa o conteúdo dos termos: o essencial é a sua sonoridade.

Depois, com muito bom humor, denunciou o caráter extravagante das imagens do poeta.

As comparações astronômicas do Sr. Jonas são geralmente estupendas. Aqui lhes dou o que ele descobriu na Via Láctea e na Lua.

Coaxam sapos de luz na luz da Via Láctea

Da Lua o formidando e feroz crocodilo

Esses dous versos estão na mais espantosa e filosófica e arquiéstufefaciante poesia do volume. Intitula-se “Vozes do nada”. Por ela se verifica que o Nada, quando dá para falar, diz logo tolices.⁶

6 A primeira obra de Jonas da Silva recebeu uma apreciação favorável de J. dos Santos em 29 de janeiro de 1900: “*Ânforas* é um delicioso livro de estreia. Há nas suas páginas a promessa de um bom, de um verdadeiro poeta. Há, mesmo, mais do que promessas: há sonetos que já são de um artista”. Entretanto, boa parte da resenha foi dedicada a contestar a “apologia da ignorância” que, segundo o crítico, continha o prefácio de B. Lopes, de quem transcreve um dos conselhos dados ao novo poeta: “... leia o menos possível os mestres para não ficar sem originalidade e estude simplesmente o que diz respeito à sua profissão. Que para fazer bons versos não é preciso que venham livrarias abaixo. Muito pelo contrário: quem muito sabe, o sapiente, quando versos faz, fá-los medonhos”. O crítico de *A Notícia*, ao contrário, recomendou ao estreante que seguisse o exemplo de Dante, Shakespeare e Camões e estudasse muito. Na resenha de *Ulanos*, chegaria à conclusão de que Jonas da Silva preferiu seguir os conselhos de B. Lopes.

Os versos de um crítico favorável ao Simbolismo foram muito mal recebidos por J. dos Santos, que iniciou sua coluna de 5 de agosto de 1903 da seguinte forma: “E aqui está um livro detestável: os *Pássaros brancos* do Sr. Gustavo Santiago (1872-?). Nem forma, nem pensamento, nem mérito algum”. Com início tão contundente, não se admira que a resenha contivesse muitas ironias:

... sublime, positivamente, é o soneto “Bode” de que, para não os *indigestionar* (por que razão eu também não hei de fazer os meus neologismos?) só lhes darei os seis primeiros versos:

Este, que em mim, acaso, quando saio,
libidinoso e trêmulo e corando,
o olhar me move e a patas de veludo,
sinto, infernal, pisando sóis de maio...

Bode sagrado! Viperino ensaio
de homem, que, calmo, no meu ser desnudo!

Um bode que é ensaio de homem, e ensaio viperino, e pisa sóis,
sóis de maio, e com patas de veludo – deve ser um bicho assombroso!

Como se nota, o crítico não se empenhou em alcançar o significado de Bode, que é proposto pelo poeta como um símbolo transparente do erotismo. Seu objetivo foi, simplesmente, ridicularizar o aparente hermetismo dos versos.

Em primeiro de julho de 1903, a vítima das ironias de J. dos Santos seria um antigo amigo de Cruz e Sousa.

O livro do Sr. Emiliano Pernetá intitulado *Alegoria*, eu o li de ponta a ponta, sem saltar uma só palavra. Não tive por isso a mínima recompensa. No fim, estava tão adiantado como no princípio: não entendi absolutamente nada.

Sei bem que isso não prova qualquer inferioridade da obra. A inferioridade é de quem não sabe elevar-se até as regiões do Sublime. Logo às primeiras páginas, reconheci minha incapacidade de apreender o sentido misterioso e profundo daqueles nebulosos símbolos.

Na capa do volume, o crítico haveria encontrado o único trecho compreensível, que fez questão de transcrever: “Publicado em março de 1903, na tipografia de Aníbal Rocha & C., em Curitiba, Estado do Paraná, Brasil”.

Ao analisar mais detidamente a prosa poética, J. dos Santos criticou Pernetá (1866-1921) pelo apego a palavras “difíceis e, não raro, mal empregadas”. Após demonstrar que a palavra *garnacha* fora usada de forma inapropriada,⁷ perguntou-se o crítico:

Para que esse *pernesticismo*⁸ ridículo? [...] Trata-se de uma escolha de termos bizarros, só para o magro efeito de *épater le bourgeois*. Mas os burgueses farão coisa mais simples e mais sensata: nunca lerão tais livros!

Que os burgueses nunca lessem os livros simbolistas talvez fosse o grande objetivo da “Crônica literária”, pois J. dos Santos sabia da importância da sua função. No prefácio do livro *Páginas de crítica*, Medeiros e Albuquerque (1920, p.7) esclareceu o que procuravam os leitores dos rodapés de crítica literária: “Em geral, uma opinião que lhes indique se devem ou não ler certos livros”.⁹

7 No mesmo fragmento, J. dos Santos também aludiu à grafia peculiar dos simbolistas. “O Sr. Pernetá tem um amor extraordinário à ideia de uivos e uivar, que ele escreve, não sei porque, *huivos, huiviar e huviamentos*. Aliás, sempre que pode, impinge-nos palavras difíceis e, não raro, mal empregadas. Aqui está um exemplo: ‘E sobre os Estetas uma forte *garnacha* começou de chover furiosamente então’. / *Garnacha?* / Fui ao dicionário (decididamente estes homenzinhos só são acessíveis por quem se muna de bons dicionários), fui ao dicionário e lá encontrei: ‘*Garnacha*, s. f., *vestimenta talar de sacerdote e magistrado*’. Como, então, se pode compreender aquele período? Uma vestimenta que chove?”

8 Cabe perceber nessa palavra com destaque gráfico no jornal uma maldosa alusão ao sobrenome do autor cuja obra se examinava. Pernetá, aliás, era um apelido com que o poeta passou a assinar.

9 No seu livro de memórias póstumas intitulado *Quando eu era vivo*, Medeiros e Albuquerque (1942, p.245) afirmaria nunca haver pretendido ser um “bom crítico”: “Escrevi apenas impressões ligeiras sobre alguns livros, mas sem nenhuma aspiração de reger o mundo literário”.

Ao resenhar *Astros mortos*, de Saturnino de Meireles Filho (1878-1906), em 21 de outubro de 1903, J. dos Santos considerou o poeta um “discípulo digno” do mestre, Cruz e Sousa, a quem a obra era dedicada: “O verso é bem feito, cadenciado, com rimas bem sonoras, mas, em regra, não quer dizer nada, ou quase nada”. Esse defeito do poeta seria decorrente de sua “pobreza de vocabulário”, que se fazia acompanhar da sua “miséria de ideias”:

Os 31 sonetos do Sr. Saturnino de Meireles só têm um direito à admiração: é ver como ele os fez, todos, com meia dúzia de palavras: triste, tristeza, flor, florir, florescer, rosas, lírios, mistério, branco, vago, essência, rosas, espiritual... Arrumando esses termos de vários modos, ele obteve em poesia o trabalho desses jogos de paciência, que consistem em dispor diversamente, mas com simetria, vários pedacinhos de mosaico.

Em 19 de março de 1898, seis dias após¹⁰ a morte do autor de *Missal*, J. dos Santos registrava na sua “Crônica literária” a ocorrência de “um grande movimento em torno do nome de Cruz e Sousa”, sobre quem haveria um “desencontro de opiniões”. A título de homenagem póstuma, o crítico transcreveu texto por ele publicado em 1893 sobre *Broquéis* que haveria recebido “a sanção do próprio poeta”. Segundo seu depoimento, Cruz e Sousa haveria ido à redação do jornal¹¹ adquirir cem exemplares do número com a apreciação de seu livro. Mais tarde, J. dos Santos soubera do próprio poeta que seu objetivo fora inserir a crítica nos volumes que entregaria a diversos amigos. Cruz e Sousa teria também declarado que “concordava com ela nas suas linhas gerais, sendo até então a que mais lhe agradara”. Logo em suas primeiras linhas, o texto já revelava o teor geral da avaliação de *Broquéis* e dos livros póstumos

10 Note-se que o crítico aproveitou a primeira publicação de sua coluna para pronunciar-se sobre o poeta recentemente falecido.

11 Tratava-se de *O Tempo*, no qual o crítico respondia pelas “Notas de João Bocó”.

de Cruz e Sousa publicados do início da coluna “Crônica literária” em 1897 até 1905, quando saíram à luz os *Últimos sonetos*:

É um livro delicioso. Da primeira à última estrofe vai-se embalado numa cadência de frases e rimas, que deleita o ouvido. Em compensação, não há dentro dele uma só ideia. É sonoro e oco.

Ora, se, depois disto, eu lhes dissesse que gosto do volume, parecer-lhes-ia troça. E não é. Os senhores mesmos hão de ler e hão de gostar. Exige-se apenas um requisito: “que saibam ler”.

Para o crítico, os versos de *Broquéis* eram “pura música – e unicamente música” sem artifícios, sem “desfalecimentos de método”: “O sentimento musical predomina de tal maneira que, instintivamente, os seus versos vão encontrando todos os recursos necessários para adquirir a intensidade precisa de ritmo”.

Tais recursos seriam a abundância de palavras esdrúxulas (proparoxítonas) e a escolha de rimas e sílabas tônicas que recaem em “i” e “a”.

No entanto, a musicalidade quase espontânea haveria resultado em desprezo pela significação das palavras; se “tão extravagante acidente” ocorresse – a significação das palavras –, o poeta não teria “mérito nem responsabilidade” por ele. Por isso, J. dos Santos formula uma recomendação:

Que, porém, o leitor não analise cousa alguma. Leia em voz alta, como merecem ser lidos todos estes versos. Enquanto se for embalando na cadência, no ritmo, ao desdobrar harmonioso dos versos, passar-lhe-ão pelo espírito evocações fugaces, [sic] de mil cousas formosíssimas.

A publicação de *Faróis* foi noticiada pela “Crônica literária” em 27 de agosto de 1900. O texto iniciou-se com a constatação de que Cruz e Sousa era um escritor julgado: “julgado mal por uns, julgado inigualável e sublime por outros”. No novo livro, encontrar-se-

-iam “os mesmos defeitos e as mesmas belezas dos *Broquéis*”, que seriam, respectivamente, a falta de significação das palavras e a musicalidade dos versos: “O ritmo, que ele busca, é sempre simplíssimo. Vai, como uma cadência de tã-tã,¹² martelando as sílabas fortes. Pouco importa que essas sílabas estejam em palavras, que não vêm a propósito de nada. O essencial é que elas estalem, gritem, soem fortemente”.

A apreciação de *Faróis* permitiu a J. dos Santos formular uma nova restrição a Cruz e Sousa. Tendo assegurado a superioridade dos seus versos sobre a prosa poética de *Missal* e *Evocações*, o crítico apontou, entretanto, o que seria um defeito fundamental do poeta:

... a forma metrificada [...] tinha para Cruz e Sousa a vantagem de reprimir um pouco a sua incontinência de palavras. A limitação das sílabas do verso forçava-o a isto. Nos *Broquéis* o mal não era tão evidente, porque, mais apertado ainda no cárcere estreito do soneto, ele não podia alongar-se excessivamente.

Um grande número de poesias dos *Faróis* são simples enumerações, que se podiam esticar de um modo indefinido.

Após demonstrar com exemplos a prática das enumerações e de, mais uma vez, denunciar a falta de significação dos versos do poeta simbolista, J. dos Santos encerra a resenha ironicamente: “Cruz e Sousa está hoje na moda entre alguns dos nossos *novos*, que até mesmo consideram esse sonhador romântico como um precursor de novos caminhos. Ilusões desta natureza são frequentes na história de todas as literaturas...”

Em 13 de outubro de 1905, a “Crônica literária” foi toda dedicada aos *Últimos sonetos*, de Cruz e Sousa. A leitura dos poemas “Grandeza oculta” e “O assinalado” levou J. dos Santos a concluir que o poeta considerava-se “um eleito, um predestinado”:

12 Não se adota aqui a forma dicionarizada *tantã* porque a forma *tan-tan*, que se encontra no jornal, é provavelmente uma onomatopeia.

... ele não tinha dúvida alguma de que estava fazendo coisas “imortais”, “belezas eternas”. Esse orgulho íntimo, em um rapaz que viveu pobre e morreu moço, e que, embora tendo esse elevado conceito de si mesmo, não o deixava transparecer no convívio social, longe de ser antipático, é atraente.

Segundo o crítico, saber dessa disposição de espírito inclinava o público a procurar na obra do poeta “os vestígios desse gênio, de que ele se julgava tão alta encarnação”. Tal inclinação seria então reforçada pelas demonstrações do “culto piedoso de que alguns amigos cercaram sua memória”. Entre esses amigos, destacava-se Nestor Vítor, que J. dos Santos (maldosamente?) lembrou ser o organizador do volume recém-lançado. Por tudo isso, o crítico declarou haver iniciado a leitura dos *Últimos sonetos* “com cuidado e simpatia” e “disposto a mudar de opinião acerca de Cruz e Sousa”. No entanto, sua avaliação foi mais uma vez negativa: “Positivamente, não há nessas poesias nada de novo, nada de elevado e sublime. Todas as suas produções se caracterizam pela harmonia do verso, mas é uma harmonia obtida com sacrifício do sentido”.

J. dos Santos ficou provavelmente satisfeito com a constância de seu julgamento. No prólogo “A crítica literária”, que abre as suas *Páginas de crítica*, Medeiros e Albuquerque apontou como grande qualidade do crítico a definição de critérios e permanência do ponto de vista. Justamente por essa razão criticou seu mestre Sílvio Romero, que considerava Cruz e Sousa “um metrificador sonoro e oco, quase absolutamente destituído de ideias”, mas mudou radicalmente de opinião ao conhecer pessoalmente o gentil poeta e testemunhar a vida difícil que levava (Albuquerque, 1920, p.8).

A resenha de *Últimos sonetos* acrescentou mais uma restrição às formuladas nos outros textos já mencionados. Nela J. dos Santos transcreveu 46 versos em que haveria repetição de palavras. Eis alguns exemplos dados por ele: “E chegaste ao saber de altos saberes”; “Dos compassivos és o compassivo”; “São lama sempre e sempre serão lama”. Depois de lembrar que “os cantos primitivos dos povos mais rudes se caracterizavam pela repetição”, afirmou

que quando Cruz e Sousa “quer reforçar a expressão de uma ideia, repete. Repete, a todo propósito. Repete, sem propósito nenhum. Repete infatigavelmente”. A resenha encerra-se com a costumeira ironia: “no conjunto, os *Últimos sonetos* são exatamente do gênero dos *Faróis* e dos *Broquéis*. Os que apreciavam estes dois primeiros livros, apreciarão o último. Os outros continuarão a não entender” (Santo, 1905, p.3).

Valorizando o *mot juste*, combatendo os adjetivos supérfluos e o “pernóstico” das palavras raras, recomendando o emprego dos metros tradicionais e de rimas simples mais variadas, J. dos Santos não poderia aceitar as ousadias simbolistas como o verso mais fluente (sem as cesuras convencionais), a repetição de palavras-chave como *místico* e *lírio*, os substantivos transformados em símbolos mediante o uso de iniciais maiúsculas, o hermetismo voluntário, o anseio pela transcendência e a espiritualidade difusa. Causa entretanto certo pasmo que o antigo admirador de Verlaine e Mallarmé demonstrasse tanta prevenção contra o Simbolismo brasileiro e evitasse analisá-lo segundo os próprios pressupostos do movimento, os quais certamente não ignorava, haja vista o conhecimento atualizado da poesia francesa que suas resenhas revelavam. O que impressiona ainda mais é o sarcasmo e a contundência de suas apreciações críticas. O ateísmo publicamente assumido¹³ talvez contribuisse para que recusasse liminarmente o espiritualismo simbolista, assim como o seu cientificismo talvez impedisse de aceitar os enunciados imprecisos e as imagens extravagantes dos *novos*.

No caso específico de Cruz e Sousa, poeta de maior envergadura, o crítico parece haver empregado a estratégia de circunscrever o reconhecimento do seu talento exclusivamente ao âmbito da musicalidade dos versos para que pudesse imediatamente neutralizar essa qualidade positiva com a enfática e insistente acusação de

13 Segundo confessa em *Quando eu era vivo...*, sua descrença seria resultado de repetidas e meditadas leituras de *Força e matéria* (1855), de Ludwig Büchner, e de *Blasfêmias* (1884), de Jean Richepin (Albuquerque, 1942, p.46-7).

falta de significação de seus poemas. Esse tratamento conferido ao Dante Negro, além do já mencionado sarcasmo contra os poetas novos, sugere que talvez houvesse da parte do crítico J. dos Santos o propósito consciente e talvez programático de sufocar as manifestações do Simbolismo no Brasil.